FUNCIONÁRIOS Política de privacidade



ÍNDICE

I.	DEFINIÇÕES E ÂMBITO DE APLICAÇÃO	3
II.	PRINCÍPIOS DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	5
III.	DADOS PESSOAIS RECOLHIDOS	6
IV.	FINALIDADE E FUNDAMENTOS PARA A LEGITIMAÇÃO DO PROCESSAMENTO	8
V.	RETENÇÃO DE DADOS	13
VI.	DESTINATÁRIOS E TRANSFERÊNCIAS DE DADOS	14
VII.	DIREITOS DOS FUNCIONÁRIOS	15
VIII.	GLOSSÁRIO	17
ANEX de da	O 1: Endereços eletrónicos de contacto para questões de ados	proteção
ANEX	O 2: Representantes da GDPR e representantes do Reino Unido	D

I. Definições e âmbito de aplicação

Esta Política de Privacidade dos Funcionários destina-se a apresentar informações de uma forma transparente e clara que permita aos Funcionários compreender facilmente o processamento dos seus dados pessoais pelas Entidades AccorInvest.

Os termos utilizados no presente documento, tais como Dados Pessoais ou Tratamento, têm o significado que lhes é atribuído no glossário da **Secção VIII** ou, caso contrário, no Regulamento Geral de Protecção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (o "**GDPR**") ou em qualquer legislação nacional aplicável em matéria de proteção de dados¹ (coletivamente, a "**Legislação PD Aplicável**").

Esta Política de Privacidade dos Funcionários aplica-se ao tratamento de dados pessoais dos seguintes titulares de dados:

- funcionários que trabalham para as Entidades AccorInvest, incluindo estagiários e formandos em contexto de estágio,
- Funcionários e prestadores de serviços (apenas aplicável no Reino Unido)²;
- candidatos a posições junto de uma Entidade AccorInvest; e
- antigos Funcionários (e, no Reino Unido, antigos Funcionários e prestadores de serviços) das Entidades AccorInvest.

Para efeitos do presente documento, estas pessoas são geralmente referidas como "**Funcionários**".

Para evitar dúvidas, esta Política de Privacidade do Funcionário não se aplica aos Dados Pessoais de:

- clientes dos hotéis AccorInvest (para os quais deve consultar a <u>Política de</u>
 Privacidade do Cliente); ou
- outros titulares dos dados, tais como fornecedores, acionistas ou visitantes (para os quais deverá consultar a Política de Privacidade de Terceiros).

Esta Política de Privacidade dos Funcionários cobre todas as atividades das Entidades AccorInvest, desde operações hoteleiras até à gestão de activos e atividades de apoio.

No que respeita às atividades de processamento apresentadas nesta Política de Privacidade, o controlador dos dados é a Entidade AccorInvest com a qual o

¹ Incluidos, en relación con el Reino Unido, el Reglamento General de Protección de Datos del Reino Unido y la Ley de Protección de Datos de 2018 (en conjunto, el "GDPR del Reino Unido").

² Para o processamento de dados pessoais de Funcionários e prestadores de serviços, noutros países excepto Reino Unido, deverá consultar a **Política de Privacidade de Terceiros**

funcionário tem, ou teve no passado, um contrato de trabalho, ou a Entidade AccorInvest com a qual o funcionário está em processo de contratação.

Note-se também que, para além do DPO do Grupo designado, as Entidades de AccorInvest podem ter nomeado responsáveis locais pela proteção de dados ou DPO (endereço eletrónico do DPO de acordo com a nacionalidade da Entidade de AccorInvest no Anexo 1). O DPO local é o principal contacto para as autoridades nacionais de proteção de dados e a pessoa de contacto na Entidade em relação a questões de proteção de dados pessoais.

Esta Política de Privacidade do Funcionário descreve como recolhemos e utilizamos os seus Dados Pessoais durante e após a sua relação laboral connosco, em conformidade com a Legislação de Proteção de Dados aplicável.

Reservamo-nos o direito de atualizar esta Política de Privacidade dos Funcionários em qualquer altura. Podemos também notificá-lo de tempos a tempos por outros meios sobre o processamento dos seus Dados Pessoais.

II. Princípios do tratamento de dados pessoais

A AccorInvest está empenhada em cumprir todas as leis e regulamentos que regem o processamento de Dados Pessoais. Consequentemente, a AccorInvest compromete-se a aplicar os seguintes princípios:

Recolha de Dados para fins específicos - licitude e equidade do Processamento.

Os dados pessoais são recolhidos e tratados apenas para os fins e nos contextos descritos na **Secção IV** da presente Política de Privacidade dos Funcionários.

Qualquer Processamento de Dados Pessoais pela AccorInvest terá uma base legítima (tal como consentimento, execução de um contrato ou obrigação legal, ou satisfação de um interesse legítimo), tal como exigido pela legislação PD aplicável.

Transparência

Os Dados Pessoais são recolhidos e processados de uma forma transparente e facilmente compreensível para o Funcionário.

• Minimização dos dados e limitação do armazenamento

A AccorInvest apenas recolherá Dados Pessoais que sejam adequados, relevantes e não excessivos, tendo em conta as finalidades para as quais são processados, tal como descrito na **Secção IV**.

Os Dados Pessoais tratados são retidos apenas durante o tempo necessário para os fins descritos na **Secção IV** e as regras que se aplicam ao armazenamento e arquivo de dados.

Segurança de dados

AccorInvest protege os Dados Pessoais contra destruição, perda, manipulação, divulgação ou utilização não autorizada.

Consequentemente, são implementadas medidas técnicas e organizacionais tais como gestão de direitos de acesso e segurança de ficheiros informáticos (por exemplo, palavras-passe, encriptação) para assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos Dados Pessoais.

III. Dados pessoais recolhidos

Como Controlador de Dados, a AccorInvest recolhe e processa diferentes categorias de Dados Pessoais dos Funcionários.

Os Dados Pessoais recolhidos podem ser:

- dados de identidade e identificação (por exemplo, apelido, nome próprio, sexo, nacionalidade, data e local de nascimento, fotografias, voz) e informações de contacto (por exemplo, endereço postal, endereço eletrónico e número de telefone);
- informação social (por exemplo, número de segurança social, autorização de trabalho, informação sobre deficiência)
- informações sobre seguros, pensões e benefícios;
- informações sobre o estatuto familiar do Funcionário (por exemplo, estado civil, apelido, nome próprio, nome próprio e data de nascimento do cônjuge, parceiro, filhos ou quaisquer dependentes, parentes próximos e informações de contacto de emergência);
- formação e informação de carreira (por exemplo, diplomas, CV, planeamento de carreira, avaliações anuais e avaliações)
- informação profissional (por exemplo, contrato de trabalho, data de início
 e, se diferente, data de início do emprego contínuo, número de
 identificação, cargos ocupados, horas de trabalho, faltas e férias pagas,
 registos de formação, data de saída e motivo da saída);
- informação financeira e económica (por exemplo, estatuto fiscal, salário, posição, compensação, contribuições para o fundo de pensões, dados bancários, folhas de pagamento); e
- informação disciplinar e de queixas;
- Dados de utilização do sistema de informação AccorInvest (por exemplo, endereço IP, dados de login); e
- dados de localização (por exemplo, informação sobre viagens)
- CCTV e dados de controlo de acesso às instalações (por exemplo, passes de segurança)
- dados recolhidos no âmbito do sistema de denúncia de irregularidades;
- uma cópia da sua carta de condução, se for obrigado a conduzir no contexto do seu emprego;
- quaisquer outros Dados Pessoais recolhidos no contexto da relação de trabalho ou fornecidos pelo Colaborador na sua candidatura.

A AccorInvest pode também processar certas Categorias Especiais de Dados Pessoais, tais como informações que revelem a origem racial ou étnica, crenças religiosas, filiação sindical, dados biométricos ou dados de saúde.

Ao processar Categorias Especiais de Dados Pessoais, a AccorInvest assegurará que pelo menos uma das seguintes condições seja satisfeita:

- o Funcionário deu o seu consentimento expresso;
- o tratamento é necessário para cumprir as obrigações e exercer os direitos específicos da AccorInvest ou do Funcionário ao abrigo da legislação aplicável em matéria de emprego, segurança social ou proteção social;
- o Funcionário torna a informação pública;
- o processamento é necessário para proteger os interesses vitais do Funcionário;
- o processamento é justificado pelo interesse público
- o processamento é necessário para a observação, exercício ou defesa de uma acção judicial, ou
- o processamento é necessário para a medicina preventiva ou ocupacional, a avaliação da aptidão do Funcionário para o trabalho, diagnósticos médicos, cuidados de saúde ou sociais, ou a gestão de sistemas de cuidados de saúde ou serviços de proteção social.

IV. Finalidade e fundamentos para a legitimação do processamento

O tratamento de Dados Pessoais é efetuado para um ou mais fins específicos e legítimos. A finalidade do Processamento pode ter um ou mais motivos legítimos.

O Processamento Legal de Dados Pessoais é necessário para alcançar as seguintes finalidades:

Finalidade do processamento	Base(s) de legitimação	
Cumprimento da legislação aplicável. Por exemplo: - o cumprimento das obrigações da AccorInvest relacionadas com: o licença por doença, licença de maternidade e paternidade; o horário de trabalho o acidentes de trabalho e de deslocações o gestão de deficiências o diversidade; - gestão dos salários: salários e benefícios devidos ao abrigo do contrato de trabalho do funcionário, aumentos salariais anuais e outros ajustamentos, pagamentos de bónus anuais e gestão de pensões; impostos sobre o rendimento e contribuições para a segurança social deduzidos na fonte; e - a gestão das relações com as instituições representativas do pessoal e a organização de eleições representativas - conformidade com a legislação PD aplicável - gestão de sistemas de denúncia de irregularidades e relatórios, processos de due diligence e questões de conformidade e ética.	Necessário para cumprir com uma obrigação legal.	

Responder aos pedidos das autoridades policiais, judiciais ou Necessário para cumprir com uma administrativas em caso de inspeção, obrigação legal. auditoria ou investigação, de acordo com a legislação aplicável. Aplicar sanções disciplinares de acordo Necessária para a execução do com a legislação aplicável. contrato em que o Funcionário é parte. Permitir às Entidades AccorInvest proteger os seus direitos fundamentar qualquer reclamação, Necessário para satisfazer defesa ou declaração num caso ou interesses legítimos perseguidos autoridades perante judiciais e/ou pelas Entidades AccorInvest na administrativas, um tribunal arbitral ou proteção dos seus direitos mediador, em relação а accões, interesses. investigações disciplinares ou uma auditoria ou investigação interna ou externa. Verificação das qualificações e outros documentos durante o processo de Necessário para a execução de um recrutamento de Funcionários, e a contrato em que o Funcionário é integração de novos Funcionários. Os parte ou para tomar medidas a Dados Pessoais dos candidatos são pedido do titular dos dados antes de recolhidos direta ou indiretamente por celebrar um contrato. uma Entidade AccorInvest (incluindo a recolha através de agências recrutamento) para permitir à Entidade Necessário para efeitos dos AccorInvest relevante avaliar a aptidão do interesses legítimos prosseguidos candidato para o cargo (por exemplo, pelas Entidades AccorInvest para verificando competências dos as organizar a integração dos seus candidatos, testes psicométricos, novos Funcionários. qualificações e referências) e, se o candidato for contratado, para facilitar a Necessário para cumprir com uma indução do candidato na Entidade obrigação legal. AccorInvest. Necessário para a execução de um Gerir o desenvolvimento profissional contrato em que o Funcionário é

mediante

parte ou para tomar medidas

antes

da

pedido

celebração de um contrato.

e a mobilidade dos Funcionários dentro

do Grupo.

Prestar **serviços e benefícios aos Funcionários**: vales de refeição, acesso a uma empresa ou cantina entre empresas, cobertura de despesas de transporte, reclamações de despesas, etc.

Necessária para a execução do contrato em que o Funcionário é parte.

Necessário para cumprir com uma obrigação legal.

Gestão do desempenho e do talento:

facilitar a gestão do desempenho e o desenvolvimento da carreira dos Funcionários, incluindo avaliações de desempenho anuais e revisões salariais anuais, e medir o envolvimento dos Funcionários.

Necessária para a execução do contrato em que o Funcionário é parte.

Necessário para efeitos dos interesses legítimos prosseguidos pelas Entidades AccorInvest na avaliação do desempenho dos Funcionários.

Necessário para cumprir com uma obrigação legal.

Organização de **eventos sociais corporativos** (seminários, convenções, entretenimento, etc.).

O processamento é necessário para efeitos dos interesses legítimos prosseguidos pelas Entidades AccorInvest na organização de eventos da empresa.

Foi dado consentimento para o tratamento dos dados pessoais dos Funcionários para um ou mais fins específicos (quando aplicável).

Promover o Grupo, as suas marcas, os seus valores e todas as suas atividades no contexto da sua **comunicação interna** para:

- gestão do organigrama
- memorandos internos,
- o guia de boas-vindas,
- a Intranet,
- o website do Grupo AccorInvest,

a utilização de ferramentas de comunicação (por exemplo, Teams)

Necessária para os legítimos interesses prosseguidos pelas Entidades AccorInvest na gestão da sua comunicação interna.

Foi dado consentimento para o tratamento dos dados pessoais dos Funcionários para um ou mais fins específicos (quando aplicável).

Promover o Grupo, as suas marcas, valores e todas as suas atividades no âmbito da sua **comunicação externa**, ou seja, ao público em geral, clientes, parceiros, fornecedores, instituições, em particular no âmbito de brochuras, comunicação em redes sociais e websites.

Necessária para os legítimos interesses perseguidos pelas Entidades AccorInvest na gestão da sua comunicação externa.

Foi dado consentimento para o tratamento dos dados pessoais dos Funcionários para um ou mais fins específicos (quando aplicável).

Gerir o **processo de saída dos Funcionários**, incluindo a entrevista de saída e a prestação de serviços de outplacement.

Necessário para cumprir com uma obrigação legal.

Foi dado consentimento para o tratamento dos dados pessoais dos Funcionários para um ou mais fins específicos (quando aplicável).

Necessário para efeitos dos interesses legítimos prosseguidos pelas Entidades AccorInvest na assistência aos seus Funcionários.

Permitir o acesso e a **utilização das ferramentas informáticas** da AccorInvest pelos funcionários.

Necessária para a execução do contrato em que o Funcionário é parte.

Garantir a **segurança**, em particular no que diz respeito a:

- Acesso às instalações (por exemplo, passes de segurança e gravações CCTV);
- prevenção e gestão de incidentes contra pessoas ou bens (por exemplo, roubo, agressão, degradação);
- investigação interna e externa pelas autoridades (por exemplo, gravações CCTV);
- acesso e utilização de ferramentas informáticas, em conformidade com a Política de Segurança Informática AccorInvest ou as regras específicas adotadas por cada Entidade AccorInvest.

Necessária para a execução do contrato em que o Funcionário é parte.

Necessário para efeitos dos interesses legítimos prosseguidos pelas Entidades AccorInvest para garantir a segurança das instalações e infraestruturas.

Foi dado consentimento para o tratamento dos dados pessoais dos Funcionários para um ou mais fins específicos (quando aplicável).

Necessário para cumprir com uma obrigação legal.

Gestão quotidiana das operações das Entidades AccorInvest para os seguintes fins, tais como

- planeamento e orçamentação
- gestão de pessoal
- gestão de diretórios e redes sociais
- organogramas
- gestão dos ficheiros dos Funcionários
- relatórios financeiros;
- Relatórios e auditorias de RSE;
- relatórios de aquisições;
- gestão de reestruturações, reorganizações, aquisições e spinoffs;
- gerir a adesão a programas internos conjuntos.

Necessário para os fins dos interesses legítimos prosseguidos pelas Entidades AccorInvest na realização dos seus objetivos empresariais.

Necessário para cumprir com uma obrigação legal.

Organização de formação de pessoal interno ou externo.

Necessária para a execução do contrato em que o Funcionário é parte.

Necessário para efeitos dos interesses legítimos prosseguidos pelas Entidades AccorInvest e/ou o Funcionário.

Necessário para cumprir com uma obrigação legal.

Criação de **documentos** (especialmente legais) que as Entidades AccorInvest necessitam para o funcionamento dos seus negócios, tais como relatórios de atividade.

Necessário para os fins dos interesses legítimos prosseguidos pelas Entidades AccorInvest na realização dos seus objetivos empresariais.

Necessário para cumprir com uma obrigação legal.

Partilha de dados dos Funcionários no contexto de uma **fusão ou venda** de uma Entidade ou empresa AccorInvest.

Necessário para os fins dos interesses legítimos prosseguidos pelas Entidades AccorInvest na realização dos seus objetivos empresariais.

V. Retenção de dados

Os Dados Pessoais tratados são retidos pela Entidade AccorInvest em conformidade com as obrigações de retenção estipuladas pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Quando o processamento for necessário para a execução de um contrato em que o Funcionário é parte, o período de retenção será igual à duração do contrato mais o estatuto de limitações aplicáveis em matéria contratual.

Na ausência de tais leis e regulamentos ou contrato, os Dados Pessoais podem ser retidos pelo período necessário para os fins para os quais foram processados.

Além disso, podemos reter Dados Pessoais para fins legais e para proteger os direitos e interesses da AccorInvest até ao fim do período de retenção, conforme prescrito pelas leis aplicáveis.

Após o período de retenção, os Dados Pessoais serão destruídos ou tornados anónimos. A anonimização dos Dados Pessoais significa que estes já não podem ser associados a Funcionários.

Se necessitar de mais informações, queira contactar-nos para o endereço de e-mail indicado no anexo "Contactar endereços de e-mail do responsável pela proteção de dados" no que respeita à sua região.

VI. Destinatários e transferências de dados

A AccorInvest pode transferir Dados Pessoais interna ou externamente para outros destinatários, se necessário para alcançar os objetivos especificados na **Secção IV**.

Os dados pessoais são partilhados com o pessoal AccorInvest autorizado a recebêlos, e podem também ser transferidos para Destinatários externos, tais como:

- fornecedores que necessitam dos Dados Pessoais para prestar serviços à AccorInvest (por exemplo, fornecedores de serviços de TI, fornecedores de salários, administração de pensões, provisão e administração de benefícios, recrutadores, empresas de formação, gestores hoteleiros e administradores, nomeados, agentes de registo e administradores de qualquer plano de acções operado por uma Entidade AccorInvest);
- parceiros que utilizam os dados para realizar análises ou inquéritos (por exemplo, gestores hoteleiros em ligação com um plano de remuneração ou relatório CSR, organizações terceiras que realizam inquéritos sobre remunerações);
- autoridades governamentais e judiciais, se exigido por lei ou no âmbito de uma investigação ou processo penal e em conformidade com os regulamentos locais;
- consultores externos (tais como advogados) para fazer valer os direitos da AccorInvest e defender-se em processos judiciais;
- o comprador do hotel e terceiros envolvidos em transações de activos do Grupo (por exemplo, escritório de advogados, notário).

A AccorInvest toma as medidas apropriadas para assegurar a proteção dos Dados Pessoais quando os partilha com o pessoal ou com terceiros Destinatários. Em todos os casos, os dados transferidos são limitados ao estritamente necessário para os fins para os quais são transferidos.

É favor notar que as entidades AccorInvest estão localizadas em todo o mundo. Consequentemente, os seus dados pessoais podem ser transferidos para outras entidades AccorInvest fora do país onde se encontra, em particular devido à organização da gestão do Grupo AccorInvest, que envolve tais transferências de dados. Tais transferências podem mudar de tempos a tempos, dependendo da evolução da organização de gestão. Detalhes de tais transferências de dados podem ser obtidos contactando o endereço eletrónico de proteção de dados do país em questão, tal como especificado no **Anexo 1**.

As transferências mencionadas incluem transferências para países estrangeiros onde a lei não fornece proteção suficiente de dados pessoais ao abrigo da legislação local. A fim de assegurar a legalidade das transferências de dados, as Entidades AccorInvest assegurarão a existência de salvaguardas apropriadas para gerir tais transferências (por exemplo, através de cláusulas contratuais normalizadas).

Direitos dos Funcionários VII.

Como titulares dos dados, os trabalhadores têm o direito de exercer os direitos estabelecidos na legislação de Proteção de Dados aplicável.

A legislação de Proteção de Dados aplicável prevê que os titulares dos dados têm, sob certas condições e limites, o direito de acesso, retificação e apagamento dos seus Dados Pessoais recolhidos por uma entidade AccorInvest. Os titulares dos dados também têm o direito à portabilidade dos dados, a solicitar restrições ou a opor-se ao tratamento dos seus Dados Pessoais. Nas circunstâncias limitadas em que possa ter consentido na recolha, processamento e transferência dos seus Dados Pessoais para um fim específico, tem o direito de retirar o seu consentimento para esse processamento específico em qualquer altura. Tem também o direito de solicitar uma cópia da ferramenta legal em que confiamos para gerir a transferência.

Ao exercer o seu direito utilizando um dos endereços de correio eletrónico indicados no Anexo 1, queira notar que deve contactar o DPO local.

Além disso, quando utilizar o endereço de correio eletrónico de privacidade de dados do Grupo abaixo, queira notar que está a contactar o nosso DPO do Grupo.

Estes direitos podem ser exercidos através do envio de

- 1. um e-mail para um dos seguintes endereços:
- o endereço eletrónico de proteção de dados do país relevante, tal como (i) especificado no Anexo 1 da presente Política de Privacidade dos Funcionários;
- (ii) qualquer outro endereço de e-mail especificado pela Entidade AccorInvest que recolheu os Dados Pessoais; ou
- (iii) group.dataprivacy@accorinvest.com;
- 2. Uma carta à atenção do Departamento Jurídico endereçada:
- (iv) à sede social da Entidade AccorInvest que recolheu os Dados Pessoais; ou AccorInvest Group AS 26A, boulevard Royal

L- 2449 Luxemburgo, Grão-Ducado do Luxemburgo.

A fim de proteger os Dados Pessoais da pessoa em causa no exercício dos seus direitos, a AccorInvest terá de identificar a pessoa em causa antes de responder ao pedido. Se houver dúvidas razoáveis quanto à sua identidade, a pessoa em causa poderá ser solicitada a fornecer uma cópia de um documento de identidade oficial, tal como um bilhete de identidade ou passaporte, para apoiar o seu pedido.

Os titulares dos dados têm o direito de apresentar uma queixa junto da Autoridade de Supervisão local.

De acordo com o Artigo 27 do GDPR e o Artigo 27 do GDPR do Reino Unido:

- As entidades britânicas AccorInvest especificadas no Anexo 2a nomearam a entidade do Espaço Económico Europeu ("EEE") especificada no Anexo 2a como representante da GDPR, estando esta última autorizada a agir em seu nome em relação à sua conformidade com a GDPR ao processar dados de pessoas singulares no EEE, e a tratar com as autoridades de supervisão ou titulares de dados a este respeito.
- As Entidades AccorInvest localizadas no EEE especificadas no Anexo 2b nomearam as entidades britânicas especificadas no Anexo 2b como seus representantes da GDPR no Reino Unido, estando estas últimas autorizadas a agir em seu nome em relação à sua conformidade com a GDPR no Reino Unido aquando do processamento de dados de pessoas singulares no Reino Unido, e a tratar com as autoridades de supervisão ou titulares de dados a este respeito.

VIII. Glossário

AccorInvest (ou Grupo): refere-se a todas as Entidades AccorInvest.

AccorInvest Entity: refere-se a todas as entidades jurídicas do Grupo AccorInvest, ou seja, empresas direta ou indiretamente controladas pelo Grupo AccorInvest SA.

Controlador: a pessoa que, sozinha ou em conjunto com outros, determina as finalidades e os meios do tratamento de Dados Pessoais.

Política de Privacidade dos Funcionários: o documento juntamente com os anexos, que fornece conhecimentos gerais e compreensão do processamento dos Dados Pessoais dos Funcionários pela AccorInvest.

Dados pessoais: qualquer informação relativa a um indivíduo identificado ou identificável. Um indivíduo identificável é qualquer pessoa que possa ser identificada, direta ou indiretamente, inclusive por referência a um identificador, tal como um nome, um número de identificação, dados de localização, online ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, genética, psicológica, económica, cultural ou social.

Processamento: qualquer operação ou conjunto de operações que se efectue sobre dados ou conjuntos de dados, seja ou não por meios automáticos, tais como recolha, registo, organização, estruturação, armazenamento, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, utilização, divulgação por transmissão, circulação ou qualquer outra forma de disponibilização, alinhamento ou combinação, restrição, apagamento ou destruição.

Destinatário: quer seja ou não um terceiro, qualquer pessoa singular ou coletiva, autoridade pública, departamento ou qualquer outra organização a quem os Dados Pessoais sejam divulgados.

Reservamo-nos o direito de atualizar esta **Política de Privacidade dos Funcionários** em qualquer altura, e fornecer-lhe-emos uma nova Política de Privacidade dos Funcionários quando fizermos qualquer atualização material. Podemos também notificá-lo de tempos a tempos por outros meios sobre o nosso processamento dos seus Dados Pessoais.

ANEXO 1 ENDEREÇOS ELETRÓNICOS DE CONTACTO PARA QUESTÕES DE PROTEÇÃO DE DADOS

- França, Luxemburgo e Mónaco: donnees.personnelles@accorinvest.com
- Reino Unido: gdpr-uk@accorinvest.com
- Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo (exceto sede): qdpr benelux@accorinvest.com
- Alemanha, Áustria: datenschutz@accorinvest.com
- Portugal: accorinvest.pt.protecao.dados@accorinvest.com
- **Espanha**: accorinvest.sp.proteccion-datos@accorinvest.com
- Polónia: pl.gdpr@accorinvest.com
- Itália e Grécia: dataprivacyita@accorinvest.com
- República Checa: cz.qdpr@accorinvest.com
- Eslováquia: sk.gdpr@accorinvest.com
- Hungria: hu.qdpr@accorinvest.com
- Roménia: ro.gdpr@accorinvest.com
- Lituânia: lt.gdpr@accorinvest.com
- Suíça: gdpr-switzerland@accorinvest.com

ANEXO 2 REPRESENTANTES DA GPRD E REPRESENTANTES DO REINO UNIDO

2a - Representantes da GDPR

As seguintes entidades AccorInvest do Reino Unido:

- 1) Accor UK Business & Leisure Hotels Limited (registada em Inglaterra e País de Gales sob o número de empresa 01016187).
- 2) Accor UK Economy Hotels Limited (registada em Inglaterra e País de Gales com o número de empresa 01244907)

nomearam a seguinte entidade do EEE como seu representante do GDPR: AccorInvest Group SA, registada sob as leis do Luxemburgo com o número de sociedade 100771, com sede social em 26A boulevard Royal - 2449 Luxembourg - Grand-Duchy of Luxembourg.

2b - Representantes do GDPR do Reino Unido

Todas as entidades AccorInvest localizadas no EEE que operam atividades hoteleiras nomearam a seguinte entidade do Reino Unido como seu representante do GDPR do Reino Unido:

Accor UK Business & Leisure Hotels Limited, registada ao abrigo das leis de Inglaterra e País de Gales com o número 01016187, com sede social em 10 Hammersmith Grove - Londres W6 7 AP - Reino Unido.